



NOVIDADES LEGISLATIVAS

Nesta Edição:

- **CME rejeita projeto que previa o aumento da alíquota da CFURH;**
- **CDEICS e CINDRA debatem o “Plano Dubai” para desenvolvimento da Região Amazônica**

CME rejeita projeto que previa o aumento da alíquota da CFURH

A Comissão de Minas e Energia (CME) DA Câmara dos Deputados rejeitou o PL 4452 de 2016 que prevê, em seu texto inicial, o aumento de 7 para 10% da alíquota da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos, que incide sobre o valor da energia faturada em hidroelétricas, restrita às usinas localizadas na Bacia do Rio São Francisco. O relator na CME propôs um aumento menor de 10 para 8,25%.

A CNI apresentou material técnico identificando o impacto financeiro da medida, que seria repassado para as tarifas, onerando a sociedade e as atividades econômicas. Também demonstrou que o modelo proposto não resolveria a ineficiência na gestão dos recursos gerados, tanto pela CFURH, como pelo pagamento pelo uso dos recursos hídricos.

Os argumentos do setor industrial foram acatados pelo dep. Joaquim Passarinho (PSD/PA), que apresentou Voto em Separado pela rejeição da matéria, que se tornou o voto vencedor.

A matéria, que tem origem no Senado, seguirá para apreciação, em caráter terminativo, nas Comissões de Meio Ambiente (CMADS), Finanças e Tributação (CFT) e Constituição e Justiça.

CDEICS e CINDRA debatem o “Plano Dubai” para desenvolvimento da Região Amazônica

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (CINDRA) realizaram hoje audiência pública para discutir os eixos do Plano Dubai, projeto econômico que busca a independência da Zona de Franca de Manaus em relação aos incentivos fiscais, por meio da diversificação da matriz econômica da região Norte.

O debate contou com a presença do representante da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - FIEAM, Saleh Hamdeh; do Secretário Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade - Ministério da Economia - SEPEC/ME, Carlos Alexandre da Costa; do Secretário de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado do Amazonas - SEPLANCTI/AM, Jório de Albuquerque Veiga Filho; da Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico Tribunal de Contas da União - TCU, Andreia Rocha Bello de Oliveira.

Saleh Hamdeh manifestou preocupação em relação à forma como o programa do Plano Dubai foi anunciado em substituição do atual modelo da Zona Franca de Manaus. Explicou que isso gera insegurança no mercado, pois pode dar a entender que o modelo da ZFM está findando e, dessa forma, muitas empresas terão seus projetos descontinuados, gerando insegurança em investimentos e na geração de empregos.

O representante da FIEAM disse que se busca por alternativas para aprimorar o modelo da Zona Franca de Manaus, mas evitando propostas que coloquem em risco o maior motor da economia brasileira atual. Afirmou que esse debate precisa ser ampliado e melhor discutido com os entes locais, colocado como uma alternativa complementar, para que os investidores tenham confiança.

A Secretária de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico do TCU, Andréia Rocha, explicou que é necessário investir na questão industrial para assim ampliar a receita para as políticas públicas de desenvolvimento de cada região do Norte. Andreia acrescentou que há falhas na atuação dos órgãos criados para o desenvolvimento da região, como a dificuldade de o pequeno e médio produtor receberem financiamento dos fundos de investimento regionais e falta de projetos tecnológicos estruturantes com interesse de mercado.

Andreia relatou que a Auditoria de Conformidade Suframa busca verificar a ocorrência de possíveis irregularidades, bem como avaliar a atuação do órgão na detecção de fraudes fiscais na concessão de incentivos tributários da Zona Franca de Manaus, áreas de livre comércio e Amazônia Ocidental.

Jório Veiga, da SEPLANCTI/AM, entende que os pontos já indicados no Plano Dubai são os que realmente devem ser trabalhados, pois são parte da vocação econômica da região. Contudo, salienta que isso apenas será possível se a Zona Franca de Manaus for preservada e modernizada para atrair mais investimentos de forma que permita agregar novos setores. Afirmou, ainda, que não é uma questão de substituir, mas uma questão de manutenção da Zona Franca de Manaus e de preservação ambiental, juntando esforços com o Suframa, o Governo Federal e o Ministério da Economia para reduzir a dependência que há em relação à Zona franca de Manaus.

Carlos Alexandre da Costa, da SEPEC/ME, explanou que na realidade ainda não existe o Plano Dubai, apenas seu planejamento estrutural de estratégias para que a região amazônica tenha um desenvolvimento sustentável a partir de 2073 que não dependa de incentivos fiscais. Esse seria o foco do que foi apelidado, segundo Carlos Alexandre, de Plano Dubai.

O Deputado José Ricardo (PT/AM), autor do requerimento, relatou que o Plano Dubai ainda era uma proposta indefinida, fazendo-se necessário o esclarecimento das possíveis implicações para a continuidade e manutenção da Zona Franca de Manaus, e o apontamento de alternativas e manutenção dos incentivos antes de seu encerramento. O deputado acrescentou que acha preocupante que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, seja desfavorável à política de incentivos fiscais e ao modelo da Zona Franca.

O Deputado Alberto Neto (PRB/AM) declarou que se preocupa com as declarações do governo que têm prejudicado o investimento na Zona Franca, e usou como exemplo um tweet sobre a redução do IPI publicado pelo presidente Jair Bolsonaro, que causou transtorno à indústria nacional.

Outro ponto ressaltado pelo parlamentar foi o de recursos para o Plano, já que Dubai recebeu um forte investimento para seu aprimoramento, enquanto o Brasil atualmente passa por um momento de ajuste fiscal.

Além disso, lembrou que o acordo comercial com a União Europeia só será finalizado com o compromisso brasileiro de preservação ambiental da Amazônia, e o projeto da Zona Franca de Manaus já possui o viés de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento regional.

O Deputado Sidney Leite (PSD/AM) também criticou as declarações feitas pelo Ministro Paulo Guedes sobre a Zona Franca de Manaus e disse que a questão não é o Plano Dubai como ação para suprir uma necessidade tecnológica, pois se assim fosse, haveria por parte do Governo investimentos no Centro de Biotecnologia da Amazônia - CBA. O parlamentar também disse que parece haver um interesse por parte da equipe econômica do governo Bolsonaro em desestabilizar o modelo da Zona Franca de Manaus e que não entende claramente os motivos.

O Deputado Delegado Pablo (PSL/AM) endossou os argumentos apontados pelos outros parlamentares e também questionou quais seriam os impactos trazidos pela implementação do Plano Dubai. Entretanto, o parlamentar disse que a implementação de novas matrizes de desenvolvimento à Zona Franca de Manaus não levaria a seu encerramento ou substituição. O parlamentar também fez breve comparação entre Brasil e Dubai, e explicou que há 5 principais eixos por trás do programa: biofármacos, turismo, defesa, mineração e piscicultura.

O deputado Delegado Pablo disse que há um forte interesse por parte do Governo Federal de se regulamentar a exploração de metais preciosos na região amazônica e questionou onde o Plano Dubai atuaria nesse quesito.

O Deputado estadual Wilker Barreto (PHS/AM) ressaltou sua preocupação com os investimentos por conta das especulações acerca do Plano Dubai, pois aponta que um cenário especulativo cria insegurança para o empresário empreender. Wilker também acrescentou que já foi cientificamente comprovado o impacto hídrico do desmatamento da Amazônia para a região sudeste e afirmou que as consequências seriam economicamente negativas para todo o país.

Em resposta aos parlamentares, o Secretário Carlos Alexandre da Costa disse que a ideia não é acabar com a Zona Franca de Manaus, mas aprimorar o seu modelo e desenvolver a região de forma sustentável. Também disse que os 5 setores apontados para desenvolvimento no Plano vieram por conta da competitividade de mercado, como por exemplo, a China tem produzido mais peixes amazônicos do que a própria piscicultura amazônica.

Além disso, acrescentou que a região tem um grande potencial e pode atrair muito investimento privado, como indústrias que desejam ter a região como local de instalação de seu centro de desenvolvimento global nos setores relacionados à sustentabilidade, mas que esses investimentos só ocorreriam com infraestrutura e políticas públicas adequadas.

A audiência foi encerrada pelo Deputado Bosco Saraiva (SOLIDARIEDADE/AM) com agradecimentos aos convidados e aos parlamentares pelo debate de uma pauta importante como a do desenvolvimento da região Norte.



NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Marcos Borges | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 novidades.leg@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 | sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen | CEP 70040-903 Brasília, DF | (61) 3317.9001 www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.